

## A Organização Espacial da Pequena Propriedade Rural no Norte do Paraná: Permanências e Transformações

La Organización Espacial de la Pequeña Propiedad Rural en el Norte del Paraná: Permanencias y Transformaciones

The Space Organization of Small Rural Property in North of Parana: Permanences and Transformations

**Liriani de Lima Santos**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [liri\\_li@hotmail.com](mailto:liri_li@hotmail.com)

Recebido: 13 de dezembro de 2018 Aceito: 15 de fevereiro de 2019  
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

**Resumo** – A formação do Norte do Paraná foi profundamente marcada pela expansão da cultura cafeeira paulista e pela presença de empresas colonizadoras, destacando-se entre elas – devido à extensão da área de atuação – a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empresa de origem inglesa que passou a ser comandada pelo capital nacional em 1944 e sete anos depois alterou sua denominação para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). A economia cafeeira e a atuação da CTNP/CMNP imprimiram nas pequenas propriedades rurais do Norte do Paraná uma organização espacial bastante característica e que ainda pode ser percebida na disposição dos lotes, na organização interna das propriedades e nas edificações. O presente trabalho pretende apontar essas características que tendem a desaparecer à medida que o capital avança no campo.

**Palavras-chave:** Norte do Paraná; Pequenas propriedades rurais; Café; Organização espacial.

**Resumen** – La formación del Norte del Paraná fue profundamente marcada por la expansión de la cultura cafetera paulista y por la presencia de empresas colonizadoras, destacándose entre ellas – debido a la extensión del área de actuación – a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empresa de origen inglés que pasó a ser comandada por el capital nacional en 1944 y siete años después alteró su denominación para *Companhia Melhoramentos Norte do Paraná* (CMNP). La economía cafetera y la actuación de la CTNP/CMNP imprimieron en las pequeñas propiedades rurales del Norte de Paraná una organización espacial bastante característica y que aún puede ser percibida en la disposición de los lotes, en la organización interna de las propiedades y en las edificaciones. El presente trabajo pretende apuntar esas características que tienden a desaparecer a medida que el capital avanza en el campo.

**Palabras-clave:** Norte de Paraná; Pequeñas propiedades rurales; Café; Organización espacial.

**Abstract** – The formation of the North of Paraná was deeply marked by the expansion of the coffee culture of *São Paulo* and by the presence of colonizing companies, highlighting among them – due to the extension of the area of activity – Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) which began to be ruled by the national capital in 1944 and seven years later changed its name to *Companhia Melhoramentos Norte do Paraná* (CMNP). The coffee economy and the acted of the CTNP / CMNP have impressed on the small rural properties of the North of Paraná a very characteristic spatial organization that can still be perceived in the layout of the lots, in the internal organization of the properties and in the buildings. The present work intends to point out these characteristics that tend to disappear as the capital advances in the field.

**Keywords:** North of Paraná; Small farms; Coffee; Spatial organization.

## Introdução

O processo de formação do Norte do Paraná funde-se à história do ciclo econômico do café no Brasil, cujo cultivo teve início no século XVIII quando Francisco de Melo Palheta (1670-1750) trouxe as primeiras mudas e sementes vindas da Guiana Francesa. Contudo, apenas no século seguinte, devido ao grande êxito com a produção, o café torna-se o principal produto da economia brasileira.

A expansão do cultivo no Brasil durante o século XIX ocorreu em virtude de uma série de condições favoráveis que o país apresentava, citando-se entre elas a disponibilidade de mão de obra, terras ainda incultas e clima adequado. A expansão da economia cafeeira segundo Ribeiro (2012) constituiu-se em uma fronteira móvel atingindo os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Paraná até chegar ao Paraguai e após, seguindo para o Mato Grosso do Sul e Rondônia.

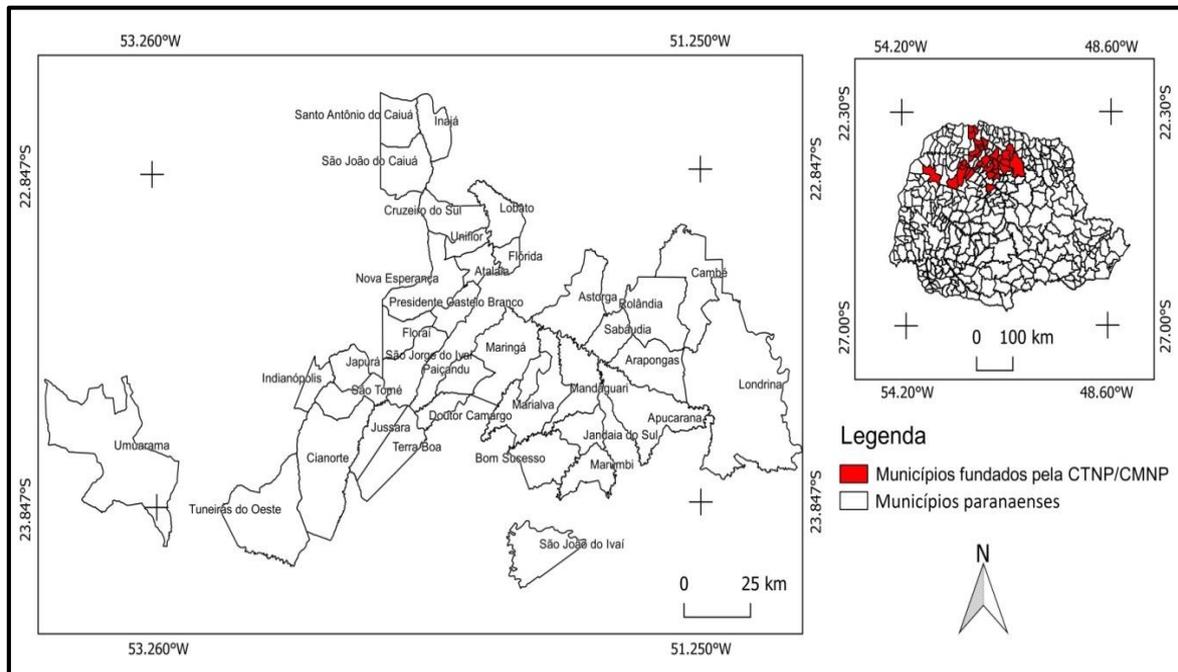
Monbeig (1984) e Müller (1956) consideram o Norte do Paraná como uma extensão do movimento pioneiro paulista impulsionado pela disseminação da cultura cafeeira. Durante o período em que a cultura cafeeira foi dominante, fronteiras foram abertas, cidades criadas e infraestruturas disponibilizadas para atenderem todas as fases do processo produtivo. Essas ações ocorreram tanto por iniciativas governamentais quanto de particulares. Além disso, todo um modo de vida foi estruturado tendo como pano de fundo o café.

A ocupação oficial e o povoamento do Norte do Paraná foram também impulsionados pela concessão de glebas do estado às empresas de colonização que atuaram na região parcelando e comercializando lotes urbanos e rurais. Ao todo 41 empresas colonizadoras estiveram presentes no Norte do estado, essas empresas utilizavam como estratégia de venda a promessa de ganhos que os possíveis compradores teriam com o cultivo do café. A maior empresa imobiliária que atuou no estado foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empresa de origem inglesa que após ser vendida em 1944 para empresários paulistas altera sua denominação para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) em 1951. No decorrer deste trabalho adotaremos as duas denominações, pois, mesmo tendo passado para as mãos do capital nacional a empresa continuou empreendendo a mesma estratégia de repartição de terras e comercialização de lotes, desta forma não há a necessidade de se especificar as ações realizadas em um período ou em outro.

A figura 1 mostra os 35 municípios fundados pela CTNP/CMNP criados no início da década de 1930 até meados da década de 1950.

Foram municípios criados pela CTNP/CMNP: Apucarana, Arapongas, Astorga, Atalaia, Bom Sucesso, Cambé, Cianorte, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Floraí, Flórida, Inajá, Indianópolis, Jandaia do Sul, Japurá, Jussara, Lobato, Londrina, Mandaguari, Marialva, Maringá, Marumbi, Nova Esperança, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Rolândia, Sabáudia, Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, São Tomé, Terra Boa, Tuneiras do Oeste, Umuarama e Uniflor (CMNP, 2013, p. 224 e 226).

A presença da economia cafeeira e a atuação da CTNP/CMNP moldou uma paisagem com características singulares, compreender a dinâmica e a organização espacial estabelecidas nas pequenas propriedades rurais durante o período em que a cultura cafeeira foi dominante é parte importante no processo de entendimento de como toda uma conjuntura foi alterada tendo como pano de fundo o avanço do capital no campo.



**Figura 1** – Municípios fundados pela CTNP/CMNP.

Fonte: IBGE. Elaboração: CONGEOjr. (Empresa Júnior de Geografia)  
Organização: A autora (2017)

## Materiais e Métodos

Na pesquisa foram utilizados como recursos metodológicos a pesquisa bibliográfica incluindo a leitura e a análise de autores que trataram sobre a colonização do Norte do Paraná WACHOWICZ (2001), do sistema de repartição de terras CAVALCANTI (1945); CMNP (2013); WAIBEL (1958); KOHLHEPP (2014); MÜLLER (1956); MONBEIG (1984; 1945); LÉVI-STRAUSS (1957) e do processo de modernização da agricultura (GRAZIANO DA SILVA (1996); FÜRSTENAU (1987).

Também foram realizados trabalhos de campo a fim de se verificar e registrar as mudanças na organização interna sofridas nas pequenas propriedades rurais após o processo de modernização da agricultura. O trabalho de campo aconteceu nos municípios de Apucarana, Cambé, Cianorte, Doutor Camargo e Japurá, ao todo foram visitadas 50 pequenas propriedades rurais, dez em cada município.

Para definição de pequena propriedade rural levou-se em conta o conceito de módulo fiscal, unidade de medida expressa em hectares e definido pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – para cada município. De acordo com a Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979 o módulo fiscal é definido pelos seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); renda obtida no tipo de exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; o conceito de “propriedade familiar”.

Assim, para o município de Apucarana são consideradas pequenas propriedades aquelas com no máximo 14 hectares; para o município de Cambé aquelas com até 12 hectares; para o município de Cianorte aquelas com até 20 hectares; para o município de Doutor Camargo aquelas com até 16 hectares e para o município de Japurá aquelas com até 22 hectares.

## A Ocupação do Norte do Paraná e a Formação das Pequenas Propriedades Rurais

Wachowicz (2001) divide a ocupação do Paraná em três áreas histórico-culturais: o Paraná tradicional, a frente sulista e a frente nortista ou cafeeira. A história do chamado Paraná tradicional teve início no século XVII, com a procura de ouro e se desenvolveu ao lado de outros ciclos econômicos como o tropeirismo no século XVIII e a extração da erva mate e madeira no século XIX. Já a frente sulista teve origem em meados do século XX com o movimento populacional de gaúchos e catarinenses ocupando a maior parte do Sudoeste e parte do Oeste paranaense. A frente nortista ou cafeeira atuou no Norte do Paraná em fins do século XIX e início do século XX e deu-se pelo deslocamento de mineiros e paulistas que buscavam oportunidades para a expansão da economia cafeeira. A ocupação do Norte do estado foi respaldada pelo governo paranaense ao ceder terras devolutas para a ocupação permanente e oportunizar a compra de glebas por empresas privadas de colonização.

É a partir da comercialização de terras pelas companhias colonizadoras que a pequena propriedade rural se firma no Norte paranaense, tanto no que se refere à superioridade numérica quanto na dimensão. A organização espacial das pequenas propriedades rurais foi consequência do tipo de colonização desenvolvida por estas companhias, com destaque para a CTNP/CMNP cuja estratégia de colonização baseou-se na demarcação de cidades distantes cerca de 100 quilômetros uma das outras (Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama). Entre elas, foram criados centros urbanos menores com distância aproximada de 10 a 15 quilômetros uns dos outros e entre eles foram criados os patrimônios, povoados com a função de serem abastecedores intermediários para a população rural.

A divisão das terras em lotes com média de 15 alqueires consistiu em mais uma das estratégias de comercialização empreendidas pela CTNP/CMNP. A clientela era composta na grande maioria por ex-colonos paulistas com poucos recursos financeiros e que durante os primeiros anos da compra não poderiam contratar mão-de-obra externa, ficando o cuidado do lote sob a responsabilidade da família.

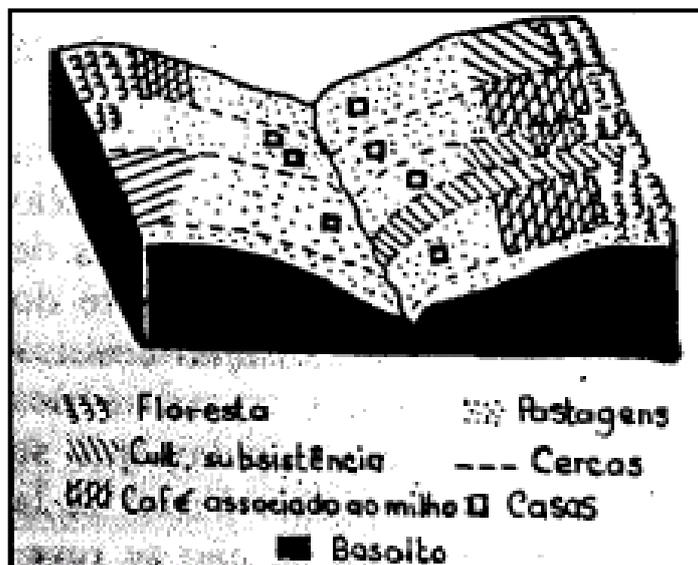
Cavalcanti (1945) destaca a ação extremamente planejada da empresa que procurou construir vias rodoviárias e ferroviárias e estabelecer uma proximidade entre os municípios. Essas ações buscavam evitar o isolamento e facilitar o escoamento da produção.

Segundo (Waibel, 1958, p. 243) o método de repartição das terras assemelhava-se ao sistema *Waldhufendorf* bastante empregado no povoamento e na distribuição da terra das zonas serranas de colonização antiga no Sul do Brasil e que já era empregado durante a Idade Média na colonização das montanhas do Leste alemão. Esse sistema estabelecia a delimitação dos lotes seguindo os fundos dos vales fluviais, de forma mais estreita ao longo dos interflúvios e do rio e mais alongada em direção a vertente.

Outros autores (Müller, 1956; Monbeig, 1984; Lévi-Strauss, 1957 e Kohlhepp, 2014) também descrevem o tipo de divisão fundiária executada pela CTNP/CMNP, observando que a opção se dava pela facilidade em aproveitar os aspectos naturais da paisagem. A disposição lotes forneceria a todos, condições similares de acesso à água, necessária principalmente para o abastecimento dos animais.

O traçado dos lotes é o mesmo em toda a parte e, seguramente, é o mais fácil e o menos oneroso no trabalho do loteador. Basta continuar aplicando o sistema utilizado desde o começo da fragmentação da gleba, que consiste em assegurar, tanto ao fazendeiro como ao pequeno sitiante, o acesso, ao mesmo tempo, à água e ao espigão, pois os dois continuarão a servir também como fronteiras naturais. O lote do sitiante será, portanto, uma fazenda em miniatura, mais estreita e menos comprida. (MONBEIG, 1984, p. 221)

Na figura 2 elaborada por Monbeig (1984, p. 268) é possível perceber que o traçado dos lotes assume a forma de retângulos alongados, onde a cabeceira ou a frente é quase sempre voltada para as estradas, situadas nas áreas mais elevadas, e o fundo é limitado por um rio ou ribeirão.



**Figura 2** – Sítios de café no vale do Ribeirão do Emo, perto de Arapongas/PR, 1946.  
Fonte: MONBEIG (1984, p. 268)

Monbeig (1984, p. 267-268) pormenorizou a constituição dos lotes cuja divisão interna obedecia a determinadas funções, como o espaço reservado ao cultivo do café, a moradia e criação de animais.

Pequenos vales nessas áreas, apresentam a oposição clássica entre uma faixa de pastagens paralela ao ribeirão e a massa dos cafeeiros que, subindo pelas encostas, principalmente pelas que se acham expostas ao norte, atingem e coroam o espigão. Poder-se-ia acreditar que se está diante de uma grande fazenda, se não se revelassem, no contato com o pasto e com os cafeeiros, as manchas de um verde mais carregado dos pomares e os tetos avermelhados das casas, formando uma fileira irregular e separada por distâncias desiguais. Maior atenção permitirá distinguir cercas de arame e caminhos, estes indo de baixo para cima e ambos dividindo pastos e cafezais em parcelas. (MONBEIG, 1984, p. 267-268)

As pequenas propriedades assumiam uma organização interna bastante similar a grande propriedade, as construções eram erigidas com o objetivo de dar sustentação à atividade cafeeira, entretanto, devido ao tamanho reduzido dos lotes, as dimensões eram menores do que as edificações da grande propriedade.

Por meio da pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo foi possível identificar que as pequenas propriedades rurais do período cafeeiro possuíam a seguinte organização espacial: a cabeceira do lote era destinada ao cultivo do café e as culturas intercalares (milho, feijão, arroz). No fundo do lote localizava-se a sede, onde eram alocadas construções necessárias à produção do café e a moradia, além de cultivos e criações para a alimentação da família. Ainda no fundo do lote, próximo ao rio, localizava-se a pastagem onde eram criados algumas cabeças de gado leiteiro e animais de carga.

Assim que os lotes eram adquiridos as moradias eram construídas de forma improvisada e posicionadas às margens dos rios a fim de se facilitar as provisões de água (MONBEIG, 1945, p. 13). Após a mata ser derrubada e o cafezal plantado, a casa juntamente com outras construções eram transpostas mais acima da vertente, porém, a sede ainda localizava-se na

área mais acidentada, local popularmente denominado de “ninho de geadas”. A posição da sede na área mais próxima aos rios, e por isso mais baixas, ocorria propositalmente, pois, por estarem mais suscetíveis a geadas não eram adequadas ao plantio de café.

As principais construções encontradas na sede eram a casa, o chiqueiro, cobertura para lavagem de roupa, cobertura para diversos apetrechos, galinheiro, horta, mangueira, paiol, poço, pomar, terreirão e tulha. Para melhor compreensão dessas edificações e de sua importância descreveremos a seguir suas funções.

Casa: sala, cozinha, quartos, e um banheiro – utilizado somente para o banho uma vez que, devido à ausência de instalações sanitárias, as necessidades fisiológicas eram feitas em uma construção localizada a lado da casa e denominada de “mitório” ou “casinha” – compunham os cômodos da casa. A residência passava por modificações de acordo com o crescimento ou da ascensão econômica da família.

Instalações hidráulicas e elétricas, disponíveis nas pequenas propriedades somente a partir da década de 1980, tornavam indispensável o uso de lampiões e poços perfurados ao lado da residência.

Chiqueiro: o chiqueiro, um tipo de cercado utilizado para encerrar porcos, era construído em uma distância maior da casa. A criação de porcos era largamente utilizada nas pequenas propriedades, pois exigiam um pequeno espaço e os animais podiam ser abatidos a partir dos seis meses.

Cobertura para diversos apetrechos: a função desta construção era abrigar carroças, charretes, arreios, maquinários, defensivos agrícolas e outros utensílios utilizados no trabalho na lavoura.

Cobertura para lavagem de roupas: a falta de instalações hidráulicas exigia que a água para a lavagem das roupas fosse retirada dos poços. A atividade era realizada toda manualmente o que exigia grande esforço físico, o único conforto era a realização da atividade sob a sombra de coberturas bastantes simplórias feitas de telhas cerâmicas ou de palha.

Galinheiro: cercado cuja função era abrigar aves destinadas à alimentação como galinhas, patos e perus. Alguns galinheiros eram mantidos fechados com o objetivo de proteger as aves de predadores e evitar que destruíssem as plantações. Os galinheiros eram mantidos nas proximidades do paiol, o que facilitava o transporte da alimentação para as aves.

Horta: na horta eram cultivados legumes, verduras e temperos necessários ao complemento da alimentação da família. Além desses vegetais eram cultivadas plantas medicinais auxiliares no alívio de enfermidades e bastante utilizadas devido às dificuldades de acesso à assistência médica.

Mangueira: curral ou cercado utilizado para recolher os animais nos momentos de ordenha, tratamento ou alimentação. Eram criados bovinos e equinos com a finalidade de se obter respectivamente o leite e a carne e auxílio no trabalho da lavoura e transporte. A exiguidade de terras impedia que uma grande quantidade de animais fosse criada.

Paiol: localizado próximo ao galinheiro tinha a finalidade de armazenar grãos, principalmente o milho.

Poço: a perfuração de poços era um processo necessário para o abastecimento de água, principalmente para as atividades domésticas. A perfuração era realizada manualmente sendo os poços finalizados com um diâmetro aproximado de 1 metro. A profundidade variava, cessando quando água fosse encontrada, não havendo uma distância segura de contaminantes como a fossa negra e o “mitório”. A retirada da água também era processo manual e bastante fatigante, baldes eram amarrados em cordas, descidos e subidos por meio de uma manivela, o processo poderia ser repetido algumas vezes até se obter a quantidade

de água necessária para determinada atividade (lavagem de roupas, louças, banho, entre outras).

Pomar: o pomar assim como a horta localizava-se nas proximidades da casa e destinava-se ao cultivo de plantas frutíferas sendo as mais comuns as bananeiras, laranjeiras, mexeriqueiras, jabuticabeiras, goiabeiras (brancas e vermelhas), ameixeiras e mamoeiros.

Terreirão: construído próximo à residência destacava-se pelo tamanho e importância, diferentemente das outras construções que utilizavam a madeira como principal matéria-prima, os terreirões na grande maioria eram concretados o que facilitava a secagem do café. Havia ainda terreirões de chão batido o que contribuía para a baixa qualidade do produto, pois os grãos misturavam a torrões, galhos e outros materiais, dificultando a secagem. Já os terreirões suspensos só passaram a ser utilizados no final do ciclo cafeeiro com intuito de melhorar a qualidade do café uma vez que, por não ter contato com o solo o processo de secagem acontecia mais uniformemente.

Tulha: a tulha era o local onde se armazenava o café após o processo de secagem que acontecia nos terreirões.

A principal característica destas construções eram a rusticidade e o uso da madeira como principal matéria-prima o que era facilitado pela grande disponibilidade deste recurso na época. As dimensões das construções eram diretamente proporcionais ao tamanho da propriedade e da família, porém, duas construções se destacavam no que se refere ao tamanho em relação às outras edificações: o terreirão a tulha. Conforme já descrito, a primeira construção tinha a função de secar os grãos de café e a segunda de armazená-lo. O destaque de ambas as construções demonstra a importância econômica do café.

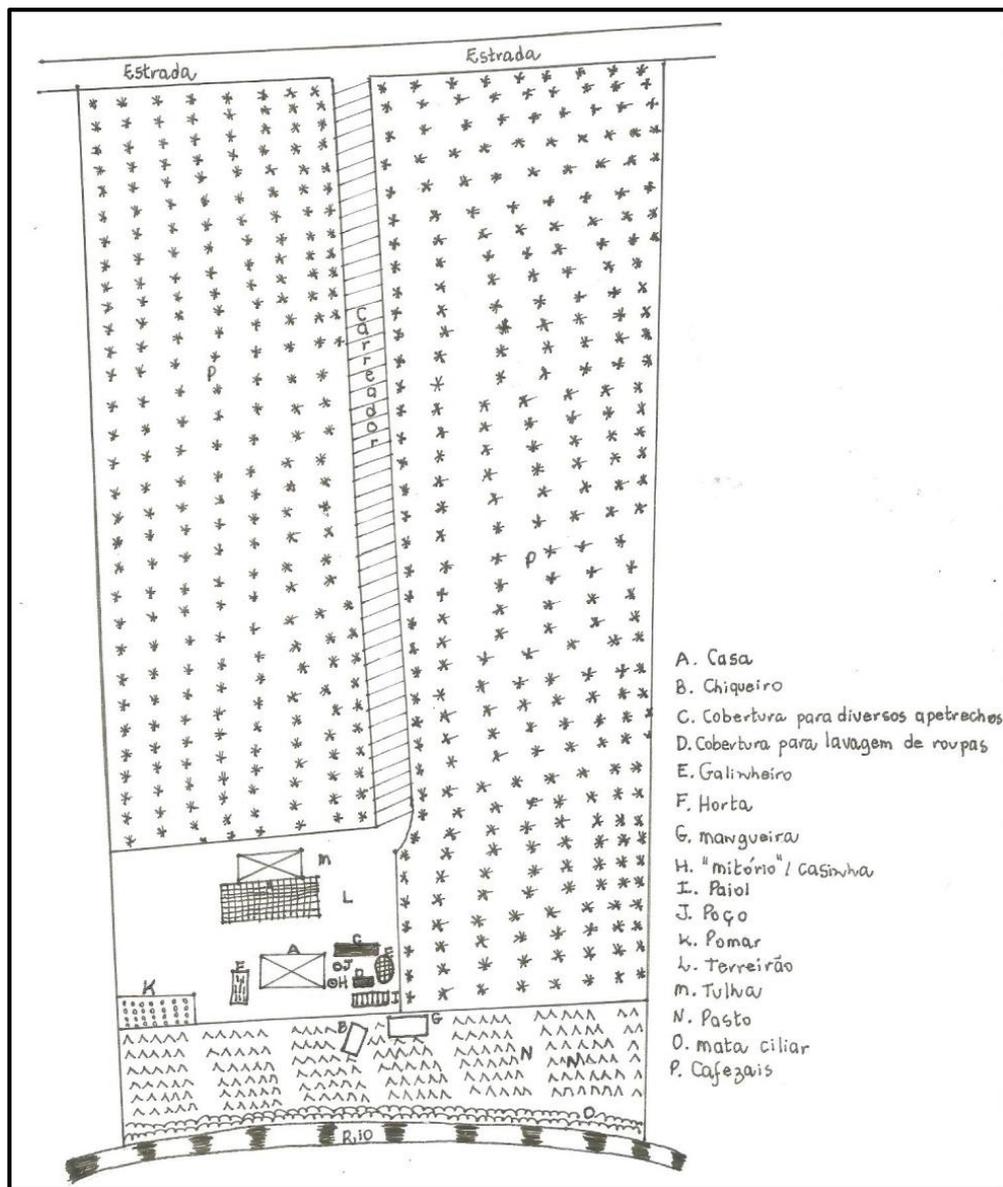
A figura 3 apresenta a organização espacial de uma pequena propriedade rural existente durante o predomínio da economia cafeeira.

Nota-se que a área destinada à sede é menor do que o espaço reservado ao cultivo do café. Na imagem é possível visualizar a disposição das construções descritas e a configuração do lote na forma de um retângulo. O caminho ou carreador abria passagem desde a estrada até a sede.

Embora o processo de modernização da agricultura não tenha atingido todas as regiões do estado com a mesma intensidade, deixando espaço para as culturas tradicionais em áreas onde a mecanização teve limitações devido às condições do relevo, nas áreas onde ela se estabeleceu de forma acentuada houve extensa substituição da cultura cafeeira por culturas temporárias como soja, milho e trigo, o que acabou ocasionando uma série de transformações como o êxodo rural e aumento da urbanização, mudanças nas relações de trabalho no campo, concentração fundiária e alterações na organização interna das pequenas propriedades rurais que conseguiram resistir após o processo.

## **O Declínio da Cafeicultura e a Nova Organização Espacial das Pequenas Propriedades Rurais**

De acordo com Graziano da Silva (1996, p. 19) a modernização da agricultura pode ser compreendida como sendo uma alteração da base técnica com o aumento no uso de máquinas e de insumos que possibilitaram maior produtividade. Essa alteração na base técnica teve como objetivo racionalizar e padronizar a produção diminuindo a dependência das condições climáticas e do solo, mas aumentando a dependência do capital industrial.



**Figura 3** – Croqui de uma pequena propriedade rural.  
Fonte: A autora (2017)

No Paraná ao mesmo tempo em que a cafeicultura era desestimulada o cultivo de lavouras temporárias recebia incentivos, pois abriam maior possibilidade para o desenvolvimento da agroindústria e exigiam o uso de tecnologia e insumos industriais, sendo favoráveis ao processo de modernização.

Para dar suporte ao processo de modernização surgia em 05 de novembro de 1965 a Lei nº 4.829 que criava o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), por meio do crédito os agricultores poderiam acessar os recursos tecnológicos ofertados pela indústria aumentando a produtividade e gerando excedente de produtos agrícolas para exportação. Mediante a aquisição de um pacote tecnológico esperava-se que o país se tornasse mais competitivo frente aos mercados internacionais.

Assim, ao oportunizar o crédito aos agricultores o Estado favorecia o setor industrial que teria um mercado consumidor garantido para os maquinários e insumos produzidos. Segundo Fürstenau (1987) a apesar da Lei prever em seus artigos o fortalecimento econômico dos produtores rurais, com destaque para os pequenos e médios, na prática ocorreu a concentração dos recursos para os médios e grandes produtores.

A substituição de culturas decorrente do processo de modernização da agricultura requisitou a transformação da infraestrutura antes ligada à economia cafeeira e a instalação de uma estrutura que desse suporte as novas atividades. Na medida em que a presença do capital se expandia a organização interna das pequenas propriedades rurais passava por transformações.

Segundo George (1979, p. 25) “os elementos materiais que se inscrevem na paisagem geográfica [...] possuem maior longevidade do que os elementos econômicos, ideológicos e sociais de uma civilização sensível aos fatores históricos de variação e evolução”, portanto, é comum que mesmo após a final de um ciclo econômico alguns elementos representativos deste período ainda persistam tempos depois.

Com os trabalhos de campo foi possível identificar que as mudanças na organização interna das pequenas propriedades rurais apresentam-se bastante heterogêneas, sendo mais visíveis nas propriedades que não mais se dedicam ao cultivo do café. Para melhor compreensão essas alterações foram sintetizadas em um quadro.

**Quadro 1** – Organização interna das pequenas propriedades rurais: posicionamento das sedes.

Propriedades que cultivam café	Propriedades que cultivam lavouras temporárias
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção da sede na posição original (fundo do lote);</li> <li>• Manutenção de duas sedes, uma localizada no fundo do lote e outra na cabeceira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção da sede na posição original (fundo do lote);</li> <li>• Alteração no posicionamento da sede, realocada para cabeceira do lote.</li> <li>• Inexistência da sede;</li> </ul>

Fonte: A autora (2017)

As alterações na organização das pequenas propriedades rurais podem ser justificadas pelos seguintes motivos:

- A manutenção da sede em todas as propriedades que cultivam o café indica a importância da atividade enquanto geradora de emprego e renda, além disso, os constantes cuidados durante todo o processo produtivo estimulam a permanência no campo, diferentemente do que ocorre nas propriedades onde há o cultivo de lavouras temporárias que, por não exigem atenção permanente, não impõe que o proprietário das terras ou o arrendatário fixe residência no local;

- Por serem mais resistentes às geadas as lavouras temporárias podem ser cultivadas nas partes mais baixas da propriedade não havendo problema no deslocamento da sede para a cabeceira do lote;

- A ascensão da sede comprova a necessidade de uma relação mais próxima com as cidades, diferentemente do que ocorria no período cafeeiro, onde a urbe era procurada somente aos finais de semana para o abastecimento de víveres ou lazer;

- A manutenção da mesma configuração da sede antiga incluindo as edificações características o período cafeeiro nas propriedades que não mais cultivam o café justifica-se pela utilidade que a configuração e as edificações ainda possuem, mesmo assumindo outras funções (abrigo de maquinários e insumos em geral);

- O crescimento da família foi o fator que motivou a criação de uma nova sede instalada na cabeceira do lote e a manutenção da antiga sede, sendo esta destinada a um dos herdeiros ou para moradia de empregados.

A mudança na organização espacial das pequenas propriedades rurais do Norte paranaense revela as transformações pelas quais o estado passou com o processo de modernização e substituição da cultura cafeeira por lavouras temporárias. As novas culturas tornaram a configuração anterior desnecessária e, em alguns casos, a ausência da sede revela que as pequenas propriedades rurais não mais encerram a função de moradia e fonte de trabalho para toda a família.

Para as propriedades que ainda cultivam o café as mudanças mais significativas referem-se à manutenção das construções originais – pelo fato de ainda possuírem uma função –, a ampliação nas residências e o predomínio da alvenaria em detrimento da madeira nas construções localizadas nas novas sedes.

### Considerações Finais

As alterações ocorridas na organização espacial das pequenas propriedades rurais foram consequências do processo de modernização da agricultura que trouxe para o estado do Paraná, entre outras consequências, o desestímulo a cafeicultura e o incentivo de culturas que pudessem consumir novos recursos tecnológicos fortalecendo a agroindústria.

Toda paisagem passa ao longo do tempo por modificações impulsionadas por fatores de ordem natural, econômica, política, cultural e social, compreender essas modificações e os fatos que a engendraram torna-se necessário no sentido de se afastar uma possível naturalização dos acontecimentos.

### Referências

BRASIL. Lei N<sup>o</sup> 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei n<sup>o</sup> 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6746-10-dezembro-1979-376327-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 15 de janeiro de 2018.

CAVALCANTI, Lísia Maria. Centésima décima quarta tertúlia: Londrina e a zona pioneira do norte do Paraná. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, ano II, n. 28, jun. 1945.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 3. ed. 2013. Disponível em: <<http://www.cmpn.com.br/melhoramentos/50anos-cmpn>> Acesso em 05 de novembro de 2017.

FÜRSTENAU, Viviane. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaio Fundação de Economia e Estatística (FEE)**, Porto Alegre, 8(1): 139-154, 1987. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1075/1416>> Acesso em 10 de outubro de 2017.

GEORGE, Pierre. As bases geográficas da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Maringá: Eduem, 2014.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Anhembi Limitada, 1957.

MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. **Boletim Geográfico**, São Paulo, ano III n. 25, 1945.

\_\_\_\_\_. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 22, março de 1956.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.